

No centenário da publicação das *Religiões da Lusitânia*: nacionalismo em Leite de Vasconcelos

José d'Encarnação*

Resumo

Procura demonstrar-se que a obra *Religiões da Lusitânia*, de Leite de Vasconcelos, também deve ser entendida – quer na sua temática quer na forma como ela é tratada – numa conjuntura de defesa dos valores pátrios. Referem-se os circunstancialismos europeus que poderão ter determinado essa atitude e apontam-se frases significativas dessa intencionalidade.

Résumé

Religiões da Lusitânia, de Leite de Vasconcelos, est un livre qu'on pourra intégrer dans le cadre des recherches menées un peu partout en Europe, à la fin du XIX siècle, en vue non seulement d'un objectif scientifique tout court mais aussi d'une idée d'identité nationale.

* Universidade de Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.

que já tinham sido publicadas em 1897, e que foram reeditadas em 1997, com a publicação de um novo volume, o volume II, que trata das religiões da Lusitânia na parte que se refere a Portugal. Foi a 18 de Abril de 1997, numa "Conversa de Cascais", no âmbito de singela comemoração do centenário da publicação (em 1897) do volume I desse tratado.

Tive ensejo de, a convite do pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Cascais, tecer algumas considerações sobre a obra de José Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia na parte que principalmente se refere a Portugal*. Foi a 18 de Abril de 1997, numa "Conversa de Cascais", no âmbito de singela comemoração do centenário da publicação (em 1897) do volume I desse tratado.

Reservarei, para eventual publicação no boletim *Bocas do Inferno* daquela autarquia, os aspectos que mais directamente se prendem com a estrutura da obra, os seus objectivos científicos, o seu valor documental, a razão do título e, de modo particular, a actualidade da investigação cujos resultados ali se deram à estampa.

Preferiria, neste momento, interrogar-me aqui sobre a finalidade última da iniciativa; o seu porquê mais profundo. Uma obra com esta envergadura não nasce, apenas, para coroar anos de pesquisa, para deleite do seu autor, por vontade de pôr em comum lucubrações e teorias. Palpitava-me que, por detrás do *magnum opus*, correria um manancial outro. Certamente, outros o haviam desvendado já, muito antes de mim; mas não resisti ao apelo desta curiosidade.

Desde muito cedo que a figura de Leite de Vasconcelos me fascinara. Primeiro, por ver nele um homem activo, da têmpera daqueles "a quem nada do que é humano deixa indiferente". E, bastas vezes, dou comigo a pensar no sábio que, num simples bilhete de eléctrico, assenta uma ideia, rabisca perigosamente o desenho do farto bigode da senhora que se lhe prantou defronte, afina um argumento ou, no balanceado percurso da viagem, não perde o ensejo de rever provas tipográficas... Depois, porque Leite de Vasconcelos foi sábio "de mãos largas", como eu acho que todos deveríamos ser: aprendemos hoje, para ensinar amanhã ou, se possível for, ainda na hora a seguir. Tem notícia, embora incompleta, dum achado epigráfico em Arruda dos Vinhos ou Alenquer? Pespega-a, com comentário, no primeiro opúsculo da sua revista, *O Archeologo Portuguez*, prestes a sair – mesmo minúscula, mesmo sob as mais sérias reservas. Depois se verá, se farão as correcções devidas, se acrescentará o desenho, se esmiuçará a pesquisa; importava era, para já, que o registo se consignasse.

Nesse âmbito, permita-se-me um parêntesis assaz esclarecedor. Detectara o sábio, na esquina da capela de S. Margarida do Sado, uma cupa romana com inscrição. Desde logo a deu a conhecer no vol. XIX (1914, p. 313)

d'O *Archeologo*, apressando-se a informar que o monumento dera entrada no seu Museu de Belém. Por aí o procurei eu, meses a fio, sem que da cupa houvesse o menor rasto, nem mesmo no livro de entradas. Tirei-me, pois, de cuidados e fui de abalada até S. Margarida. Perante o meu espanto, a peça estava lá, sem tirar nem pôr, no exacto local em que Leite de Vasconcelos a vira. E é fácil supor, hoje, o que se passou então: quando, com armas e bagagens, os colaboradores lá foram, o povo ter-se-á oposto, “daqui a pedra dos Mouros não sai”. Não consegui, até ao momento, encontrar, em qualquer passagem da obra de Leite de Vasconcelos, uma alusão ao caso (que, decerto, haverá); estou em crer, porém, que sempre terá acreditado que, mais tarde ou mais cedo, o povo havia de ceder e a peça viria mesmo para Lisboa. Não veio. E é justamente este “jogo de antecipação” que me cativa. Baste dizer que rara terá sido – se é que alguma houve!... – a inscrição publicada por Emílio Hübner (o alemão da Academia das Ciências de Berlim encarregado da elaboração do volume II – Península Ibérica – do *Corpus Inscriptionum Latinarum*) que Leite de Vasconcelos não haja estudado antes...

Vejamos, pois, para usarmos duma fraseologia actual, “o que fez correr Leite de Vasconcelos”.

Para o efeito, uma observação atenta das condições em que a obra foi editada; a incidência focal sobre uma que outra afirmação esparsa pelo texto, inocentemente (diríamos ...); e um olhar, ainda que rápido, sobre o mundo que o rodeava então – são, quanto a mim, indicadores bastantes do patriota, do nacionalista, que Leite de Vasconcelos subtilmente logrou incarnar.

José Leite de Vasconcelos Pereira de Melo nasceu em Tarouca, a 7 de Julho de 1858; viria a falecer, em Lisboa, a 17 de Maio de 1941. Entre uma data e outra, uma vida cheia, multifacetada, em que foi etnógrafo, linguista, arqueólogo, historiador, numismata, epigrafista, cultor exímio duma interdisciplinaridade exemplar... Sabe Alemão, Francês, Latim, Espanhol, Italiano... Dotado de uma erudição espantosa, bem patente nas inúmeras notas de rodapé com que enxameia artigos e publicações.

O texto que está na base das *Religiões da Lusitânia* foi preparado para apresentação na 10.^a Sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas, a celebrar em 1892. O Congresso, porém, não chegou a concretizar-se e Leite de Vasconcelos acabou por concorrer com ele “como membro da Sociedade de Geografia de Lisboa, por cuja intervenção se publica, para a celebração do Quarto Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo da Índia pelos Portugueses” (p. VII).

Logo esta “integração” merece comentário: trata-se, sem dúvida, duma comemoração de teor vincadamente nacionalista. Melhor do que eu o dirão os estudiosos dessa época ou mesmo desse acontecimento cultural. Mas não será necessária uma perspicácia invulgar para se compreender que está por detrás do evento a necessidade imperiosa de mostrar a posição ímpar que Portugal tivera no dealbar da Idade Moderna.

Não se poderá esquecer que a política cultural dum Bismarck, solidamente apoiada na filosofia e na História, visando a formação de homens fortes e de acção, estava bem vigorosa ainda, apesar de o seu mentor ter caído a 15 de Março de 1890. Aliás, em 11 de Janeiro desse ano, o Governo de Sua Majestade Britânica lançara, sem apelo nem agravo, um ultimato a exigir o fim da ocupação do território entre o Niassa e o Zambeze – com todo o cortejo de indignação

que provocou entre o povo português, os intelectuais e os políticos, indignação de que foi eco a malograda revolução republicana de 31 de Janeiro do ano seguinte, ano em que se funda também (Bruxelas, Agosto) a II Internacional Socialista. Os anos de 1893 a 1897 assistem aos massacres da Arménia, verdadeiros antecedentes da I Grande Guerra e, em contrapartida, numa ânsia de virar o rumo à História, a essa História, o barão Pierre de Coubertin concretiza os I Jogos Olímpicos da época moderna...

Mas não será apenas uma necessidade de afirmação de Portugal perante a Europa; há que sublinhar a nossa diferença, a nossa supremacia perante a vizinha Espanha. É que, na verdade, não andavam longe as Conferências do Casino; não se haviam olvidado “As Causas da Decadência dos Povos Peninsulares” apregoadas por um Antero de Quental; nas tertúlias ainda fervilhavam partidários do iberismo.

Descobriam-se o “turismo”; apregoavam-se as vantagens terapêuticas, virtuosas, rejuvenescedoras dos banhos de mar, das estâncias termais; importavam-se de boa mente o estilo inglês, o estilo suíço, as modas da Côte d’Azur, para os “chalets” que começaram a polvilhar os nossos litorais desde Miramar e Figueira da Foz ao requinte do Monte Estoril... “Importação” a que Raul Lino e a sua “escola” ferozmente se iria opôr, como se sabe, na ampla discussão sobre as características lídimas da “casa portuguesa”, azulejada, janelas de guilhotina, pomposas escadarias...

É nesse contexto que se tem de enquadrar a obra de Leite de Vasconcelos. Que não é por acaso que tudo aconteceu, pois são bem explícitas as razões que aduz:

“Quando um povo, em virtude das más cabeças dos homens que o constituem, ou de condições históricas e gerais, está em decadência, como o nosso, permita-se ao menos aos que amam a terra em que nasceram furtar-se, pela contemplação e estudo das cousas do passado, às misérias do presente: assim se evitará uma causa de sofrimento moral, e ao mesmo tempo se tirará do conhecimento etnológico do país, e da consciência da solidariedade em que os diversos momentos históricos estão entre si, estímulo para não deixar abismar-se completamente no pântano das protérvias sociais o que ainda resta de sentimentos puros na alma nacional” (p. VIII).

É uma terapêutica, o que se propõe. Mas uma terapêutica activa, que fará renascer a consciência, que permitirá, olhando para os exemplos gloriosos do passado, a sua imitação urgente nos péssimos tempos que correm.

Neste aspecto, poderíamos multiplicar as citações. Frases que, deixadas aqui e além, como esquecidas, encerram, contudo, uma argúcia sem igual. Assim, ao justificar a importância do conhecimento do passado, não deixa de sublinhar que, para além da “curiosidade que um Português terá de saber o que em tempos afastados se passou no território em que vive”, “não pode ele deixar também de se interessar pela Lusitânia, visto que dela descende e a ela se acha vinculado por laços de toda a ordem”, pois, na verdade, acrescenta, a terminar, “quanto mais intenso for o conhecimento da História, tanto mais firme será a consciência da nacionalidade” (p. XXVI). A consciência da nacionalidade.

E Viriato foi – não há dúvida – o símbolo dessa consciência; um anacronismo que se perdoa, como se houvera de perdoar a André de Resende quando – perante uma outra ameaça de união ibérica, essa, enfim, concretizada depois – arvorara Sertório em herói nacional, inquebrantável, a não ser pela traição, na

luta contra o colonizador. Haviam sido os Romanos; foram, na realidade, os Espanhóis; agora, neste último quartel do século XIX, para além dos Espanhóis, havia os Ingleses, os Alemães e outros. A consciência nacional tinha de cimentar-se, tinha forçosamente de ir haurir ao Passado exemplos sólidos, heróicos.

Por isso se aceita, sem pestanejar, como se viu, que os Portugueses são os legítimos herdeiros dos Lusitanos. E dos Lusitanos se escreve que “a intrepidez militar e o sentimento da independência nacional são seus caracteres dominantes” (II, p. 95). Sim, a campanha do general romano Décio Júnio Bruto “fez correr muito sangue e causou muita ruína”; contudo,

“Ninguém recusava defender o solo da pátria. Deram-se cenas lancinantes. As mulheres, verdadeiras avós das famigeradas minhotas *Deu-la-deu Martins* e *Maria da Fonte*, lutavam com fúria ao pé dos homens. Se a campanha foi atroz, também foi rápida” (III, p. 159).

Essa foi rápida; mas todo o processo em si foi demorado, erizado de espinhos. Pena – lamenta Leite de Vasconcelos – que pouco saibamos das suas peripécias:

“Em todo o caso, o que chegou até nós basta para nos dar ideia do modo como se operou a conquista: valentia de um lado em defender palmo a palmo, com o punhal nas mãos e a raiva no ânimo, o pátrio torrão; tenacidade e vilezas do outro em o arrebatar, embora daí resultassem ulteriormente grandes bens para os vencidos” (III, p. 163-164).

Compreende-se, agora, porque fala Leite de Vasconcelos de “Lusitânia”. E porque fala de “religiões”. No fundo, trata-se também da utilização da religião – um estratagema antigo de milénios!... – para justificar uma teoria. Com efeito, embora não venha expressamente salientado com a força que, de facto, detém, o que Leite de Vasconcelos soube magistralmente sublinhar vem na sequência da frase anteriormente citada: “embora daí resultassem ulteriormente grandes bens para os vencidos”. É que, antes de os Romanos chegarem, já os Lusitanos prestavam culto organizado aos seus deuses, já tinham as suas “religiões”. E tão arraigadas estavam que os Romanos nada mais puderam fazer que respeitá-las. Eles próprios se não coibiram de venerar as indígenas divindades. Antes, no momento mesmo em que chegavam, os colonos não ousavam instalar-se sem primeiro prestarem culto ao *Genius loci*, quer o designassem apenas por *Genius* (quando ainda lhe desconheciam o nome ou nem sequer sabiam como grafá-lo) quer o nomeassem pelo epíteto que os indígenas solícitamente lhes indicavam, na demonstração plena duma aculturação em que, neste caso, era o elemento autóctone que ganhava supremacia. Esta é, em meu entender, uma ideia-mestra de Leite de Vasconcelos. Raul Lino pugnara no campo da Arquitectura, as aparências; Leite de Vasconcelos escolheu o da Religião, a intimidade:

“Ninguém duvida que no viver de um povo um dos elementos mais importantes é a religião. Domina os actos mais simples, como os mais complicados; tanto leva ao heroísmo como ao aviltamento; por ela se luta, e por ela se morre. Limitada ao que nela há de poético, é como um luar que alumia a consciência dos crentes e os mantém em paz; transformada em fanatismo, origina todos os horrores, e infunde aos que a abraçam instintos de feras.

“(…) Absurdo seria pois pensar na elaboração de uma História da Lusitânia, sem pensar ao mesmo tempo na religião, ou melhor, nas religiões dos Lusitanos” (p. XXVII).

Por isso, o Mestre esclarece, a dado passo:

“Elemento social não menos importante que os outros que acima se mencionaram, a religião romana implantou-se com eles, como era natural, mas sem que as crenças indígenas se extinguissem de repente” (III, p. 193).

Em suma, embora não se possa vir a aplicar aqui, com inteira propriedade, o que Horácio escreveu a propósito da conquista da Magna Grécia pelos Romanos – “A Grécia vencida conquistou o seu feroz vencedor” (*Epístolas*, II. 1. 156) – o certo é que penso não andar longe da verdade se disser que esse era, no fim de contas, o objectivo de Leite de Vasconcelos, ao redigir o que podemos considerar a obra da sua vida, as *Religiões da Lusitânia*: foram tão fortes os Lusitanos que só pela traição os venceram no campo de batalha; no campo cultural, porém, e no da religião de modo específico, hesitamos em apontar vencidos ou vencedores. Aliás, na dúvida, talvez não haja dificuldade em fazer pender para o lado lusitano o prato dessa balança.

APÊNDICE

Segui a edição em *facsimile* editada pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, a partir de 1988, sob orientação de José Manuel Garcia, que aos três volumes (I, 1988; II e III, 1989) acrescentaria um quarto, de adenda e de actualização, a que deu o título de *Religiões Antigas de Portugal* (1991).

Preferi não sobrecarregar o texto com notas de rodapé, porque se me afigurou mais importante dar seguimento corrido ao raciocínio que me propusera fazer. Justifica-se, pois, que, em apêndice, apresente algumas achegas em relação ao que se escreveu.

– Assim, apesar das objecções que, justificadamente, lhe poderão ser feitas (cf., por exemplo, a recensão de Luís Coelho na revista *Euphrosyne*, 17, 1989, p. 442-444), tem o seu mérito de sistematização e de útil apoio à consulta a uma obra de tão grande envergadura, o trabalho de Paula Bárcia, *As “Religiões da Lusitânia” de J. Leite de Vasconcelos: Contribuição para o Seu Estudo – Alguns Comentários e Índices Gerais*, Lisboa (Imprensa Nacional – Casa da Moeda), 1982.

– Para se compreender bem o móbil de Leite de Vasconcelos e a forma como encarava a investigação e o estudo do Passado, não podem deixar de ler-se as páginas que, sob o título “O vol. I das *Religiões da Lusitânia* e a imprensa”, inseriu no final do II volume (p. 349-359). A mordacidade com que ataca F. Adolfo Coelho é deveras notável.

– Multiplicam-se, um pouco por toda a parte, as reflexões tendentes a fazer a historiografia da Antiguidade; ou, dizendo doutro modo, a procurar discernir os motivos por que, no âmbito da História Antiga, certos autores privilegiaram este autor ou esta instituição em detrimento doutras. Está por detrás, evidentemente, para além duma concepção epistemológica, o serviço a determinadas ideologias dominantes. Ninguém o duvida, todos o aceitam, mas talvez em relação à História Antiga a consciencialização ainda se não tenha generalizado. Alguém reflectiu, por exemplo, com a acuidade que o caso merece, sobre o facto de ser Júlio César e a sua *Guerra das Gálias* o livro-base de ensino do Latim na Alemanha actual, quando, por toda a parte, se procuram as “raízes” e o mais natural seria que – em atitude crítica, é certo – aí se privilegiasse o *De Germania* de Tácito?...

Sobre esta problemática, poderá ter interesse a consulta a um pequeno texto que redigi, mais pelas informações (alheias) que veicula do que pelo que de novo possa ter trazido: “Para uma historiografia da Antiguidade”, *Miscellanea em Homenagem ao Professor Batrão Oleiro*, Lisboa (Edições Colibri), 1996, p. 153-162.

– Estudei a epígrafe de S. Margarida do Sado que refiro no texto em *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, inscrição n.º 332. Sobre o sítio poderá ler-se um outro pequeno texto meu: “Monumento funerário posto a descoberto em Santa Margarida do Sado (Ferreira do Alentejo)”, *Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*, 2.ª série, I, 1987, p. 29-36.

– Sobre André de Resende – de que R. M. Rosado Fernandes acaba de publicar, devidamente traduzida e comentada, acrescida da edição facsimilada, *As Antiguidades da Lusitânia* (Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996), cuja leitura vivamente se recomenda – permita-se-me que sugira também as reflexões que fiz em “Da invenção de inscrições romanas pelo humanista André de Resende”, *Biblos*, 67, 1991, p. 193-221.

– A problemática do *Genius loci* é deveras interessante. Aflorei-a em “O culto ao Génio no Noroeste peninsular”, *Cadernos de Arqueologia* (Braga), série II, 2, 1985, p. 41-49. Sobre idêntico tema, e a propósito de mais uma inscrição ao Génio procedente do *conventus Bracaraugustanus*, prepara Helena Paula Carvalho um artigo para o *Ficheiro Epigráfico* de 1998.